

Uma Terra Só: Cultura, Interculturalidade na Fronteira entre Jaguarão, no Brasil e Rio Branco, no Uruguai.

One Earth: Culture, Interculturality the border between Jaguarão, in Brazil and Rio Branco, in Uruguay.

Una Tierra Sola: Cultura, Interculturalidad en la Frontera entre Yaguarón, en Brasil y Rio Branco, en Uruguay.

Gabriela Neves Frizzo¹; Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro²; Me. Cristiane Bartz de Ávila³.

¹gabriela.frizzo@hotmail.com, Universidade Federal do pampa; ²mfabento@hotmail.com, Universidade Federal de Pelotas; ³crisbartz40@hotmail.com, Universidade Federal de Pelotas

Resumo

O presente artigo aborda o relevo da Ponte Internacional Mauá na formação da interculturalidade da fronteira Jaguarão, Brasil e Rio Branco, Uruguai. O trabalho denota breves fatores históricos de importância desta fronteira, como a formação dos municípios, a construção da ponte e sua relevância em termos patrimoniais. Mostrar a Ponte como elo simbólico de culturas é o objetivo principal do trabalho, alcançado através da teoria como sua principal fonte. Dessa forma, a integração entre as culturas acontece não só por aproximação territorial, mas por fatores econômicos que acabam por unir o fronteiro e torná-lo intercultural.

Palavras-Chave: Fronteira. Cultura. Ponte Internacional Mauá. Fronteiro.

Abstract

This article discusses the relief of Mauá International Bridge in the formation of intercultural Jaguarão the border, Brazil and Rio Branco, Uruguay. The work indicates brief historical factors of importance of this border, as the formation of cities, the construction of the bridge and its relevance in equity terms. Show the bridge as a symbolic link cultures is the main aim of the work, achieved through the theory as the main source. Thus, the integration between cultures takes place not only by territorial approach, but by economic factors that ultimately unite the border and make it intercultural.

Keywords: Border. Culture. International Mauá Bridge. Frontier.

Resumen

Este artículo aborda la importancia de la Puente Internacional Mauá en la formación intercultural de la frontera Yaguarón, Brasil y Rio Branco, Uruguay. El trabajo indica factores históricos breves de importancia de esta frontera, como la formación de las ciudades, la construcción del puente y su relevancia en términos patrimoniales. Mostrar el puente como la face simbólica de la frontera es el objetivo principal de la obra, logrado a través de la teoría como la fuente principal. Por lo tanto, la integración entre culturas se lleva a cabo no sólo por el enfoque territorial, sino por factores económicos que en definitiva unen la frontera y la hacen intercultural.

Palabras claves: Frontera. Cultura. Puente Internacional Mauá.

1. Introdução

A proposta deste trabalho é trazer a relevância patrimonial que é a Ponte Internacional Mauá e o que ela representa sendo o marco limítrofe de duas culturas que ora estão separadas, ora juntas, dividindo experiências culturais que acabam por se tornarem símbolo desta fronteira. Para tanto, traz-se subsídios históricos e culturas que nos orientam a respeito dos municípios trabalhados, Jaguarão e Rio Branco, bem como aspectos característicos da e sobre a fronteira.

O objetivo principal deste texto é fazer referência à Ponte Internacional Mauá como símbolo da fronteira Jaguarão e Rio Branco, seu valor histórico, patrimonial, cultural e significativo, além de trazer a proximidade identitária deste povo de fronteira. O método para o desenvolvimento deste trabalho apropria-se apenas de teoria em sua construção, onde trás definições necessárias para a formação do aporte teórico.

2. Jaguarão e Rio Branco: aspectos históricos e culturais

Jaguarão integra a rede de cidades marco que definiu a linha divisória das posses territoriais das coroas ibéricas nesta região (MARTINS, 2001). Atualmente, conta com uma população estimada de 27.931 habitantes, distribuídos em uma área de 2.054 km² (IBGE, 2010).

A região, onde se encontra a bacia do Rio Jaguarão, desde que por aqui chegaram os europeus - portugueses e espanhóis, foi uma zona de polêmica. Essas questões fronteiriças somente acabaram com o brilhante trabalho do diplomata brasileiro Barão de Rio Branco em 1818, que empresta seu nome a cidade localizada em solo uruguaio (CUSTÓDIO, 2009).

Pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) as terras que hoje integram o município de Jaguarão, pertenciam à Coroa Espanhola, mas a ausência de limites precisos provocou uma sucessão de disputas com Portugal. Apoiados na Vila de São Pedro do Rio Grande, desde 1789 a concessão de sesmarias na região era prática corrente pelas autoridades lusitanas, afrontando o domínio espanhol. Para frear o avanço português, os espanhóis fundaram em 1792, pequenos postos de guarda ao norte do Rio Jaguarão. Um deles, a Guarda da Lagoa e do Cerrito, se situava onde mais tarde, se desenvolveu a cidade de Jaguarão. No entanto, estes precários estabelecimentos militares não foram capazes de impedir a expansão dos sesmeiros (CUSTÓDIO, 2009).

A aparição de uma guerra entre Portugal e Espanha, em 1801, causou nos portugueses a expansão de seus domínios no sul do Brasil, o que derivou na apropriação da faixa territorial entre os Rios Jaguarão e Piratini, nos Campos Neutrais e na conquista das Missões. Em 1802, o Coronel Manoel Marques de Souza ocupou a Guarda do Cerrito, fato que lhe conferiu título de Fundador da Cidade de Jaguarão (CUSTÓDIO, 2009).

Entre 1809 e 1832, as terras de Jaguarão pertenciam a Rio Grande. Em 1812 foi criada a freguesia de “Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão” e a concessão de terrenos urbanos propicia a formação de uma povoação estável. A disputa legal pela posse da “Estância Real do Cerrito”, imensa área doada pela coroa portuguesa à Baronesa de Magé, que estava ocupada por invasores e arrendatários, interrompeu a concessão de terras. Com a declaração da Independência (1822) e o retorno à Portugal da proprietária, o maior latifúndio da freguesia foi abandonado, sendo logo ocupado por criadores de gado e agricultores que requisitaram sua posse e a demarcação oficial dos lotes. (CUSTÓDIO, 2009).

Durante a Guerra da Cisplatina (1828) Jaguarão foi invadida e o contínuo movimento de tropas que saqueavam estâncias interrompeu as atividades econômicas da região. A celebração da paz foi marcada com a criação da República Oriental do Uruguai. A transformação de Jaguarão em vila, como município independente de Rio Grande, ocorreu em 1832. No ano seguinte foi empossada a primeira Câmara de Vereadores e a população já passava dos 5.000 habitantes. (CUSTÓDIO, 2009).

Jaguarão logo se transformou em ponto de passagem de exércitos, local de novas charqueadas e entreposto comercial. Em 1855 foi elevada à categoria de cidade e tinha como principal base econômica a produção do charque. A história política da cidade também esteve vinculada às disputas entre Republicanos (Chimangos) e Federalistas (Maragatos), que tinham correspondência com os partidos políticos do Uruguai (Blancos e Colorados). Em 1865 foi invadida e saqueada pelos Blancos que buscavam recuperar o território conquistado pelo império brasileiro. A luta pela defesa de sua integridade política e territorial frente à invasão estrangeira, fez com que Jaguarão recebesse do Imperador Dom Pedro II, o título de Cidade Heróica, durante sua visita à cidade naquele mesmo ano. (CUSTÓDIO, 2009).

Destes tempos, procederam abastados patrimônios arquitetônicos que a cidade de Jaguarão ainda preserva. Trata-se de um rico repertório de edificações com influências estilísticas de diferentes períodos da arquitetura nacional e internacional e, por sua localização fronteiriça, guarda algo da cultura espanhola e traços cunhados pelas mãos de artífices imigrantes.

O inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (Universidade Federal de Pelotas/IPHAN – 1987) classificou as tipologias existentes em: Tradicional luso-brasileiro ou Colonial (1800-1850); Eclético historicista (1850-1940); Neocolonial (a partir de 1920); Proto-modernista (a partir de 1940) e Moderno (a partir de 1950). Ao todo, foram registradas cerca de 800 edificações de interesse à preservação. Deste grupo, o maior conjunto construído na área central da cidade é formado pelas decoradas edificações residenciais com características ecléticas e grandes portas entalhadas. Algumas delas resultam de fachadas ou interiores de exemplares que, originalmente, foram construídos com características da arquitetura tradicional luso-brasileira. Refletem a riqueza e o desenvolvimento econômico que a cidade viveu com as atividades pastoril e comercial, passando pelo ciclo charqueador, sempre desempenhando funções estratégicas no campo político e de defesa da fronteira (CUSTÓDIO, 2009).

O município de Jaguarão guarda um conjunto representativo da arquitetura eclética, num esforço que envolveu a comunidade, o poder público local e principalmente professores e alunos da Faculdade de Arquitetura da UFPEL, iniciado pelo Projeto Jaguar (1987) e, posteriormente, pelo Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (1992). Mais recentemente, o projeto regional de Turismo na Costa Doce formatou ali o primeiro dos Roteiros de Arquitetura e iniciou, em 2005, a promoção de um encontro anual sobre arquitetura, turismo cultural e preservação, o Seminário de Arquitetura de Jaguarão.

Jaguarão está vivendo um período único, por assim dizer. Das quatro cidades do Rio Grande do Sul contempladas com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, Jaguarão está entre elas. E é através deste programa, que o Mercado Público obterá o seu restauro, bem como o Cine Regente (antigo cinema da cidade, que atualmente encontra-se desativado), imóveis do Centro Histórico, a Praça Dr. Alcides Marques, que será requalificada e o Largo das Bandeiras.



Figura 1 – Mercado Público de Jaguarão, atualmente em restauro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão (2015) - http://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/164220_545057912201244_11982945_n-1.jpg

Outro prédio que receberá nova vida e significado é a antiga Enfermaria Militar. Um prédio em estilo neoclássico que tem localidade no Cerro da Pólvora (ponto mais alto do município, onde se pode avistar o Rio Jaguarão). Teve seu período de construção entre os anos de 1880 a 1883, com a finalidade de atender os militares do exército da região da campanha e que, atualmente, servirá de base para a implantação do Centro de Interpretação do Pampa, complexo cultural que contará com museu, anfiteatro e auditório subterrâneo, além de prédio de apoio para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa extensão (BÔAS, 2012).



Figura 2 - Ruínas da Enfermaria Militar, antes do processo do Centro de Interpretação do Pampa.

Fonte: Confraria dos Poetas de Jaguarão (2013) –

< <http://confrariadospoetasdejaguarao.blogspot.com/2011/01/correio-do-povo-jaguarao-resgate-na.html> >

Em termos de relevância estadual, Jaguarão já vem tendo seu lugar marcado desde seu princípio até os dias atuais. Na cidade, já viveram pessoas que a tornaram importante comercialmente, econômica e politicamente. Dentre essas pessoas está o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, sobrinho neto de Bento Gonçalves, chefe farroupilha. A casa do antigo governador da Província (1909 – 1913), atualmente, é o museu mais proeminente que a cidade possui.

Nesta casa histórica pode-se conhecer a vida e a obra do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, bem como sua atuação política no âmbito municipal, estadual e federal, em um período de grandes transformações e efervescências na história do país.



Figura 3 - Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves

Fonte: Site Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves (2011) - < <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br>>

O museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves está localizado na rua XV de Novembro, a rua conhecida como a “rua das mais belas portas” do Rio Grande do Sul. Esta rua concentra inúmeras fachadas de arquitetura eclética, com portas entalhadas a mão da época escravocrata e que se apresentam em perfeito estado de conservação. A cidade apresenta-se possuindo a “mais bela porta do Estado”, porém, não foram encontrados documentos comprobatórios.



Figura 4 - Porta reconhecida como a mais bela do Estado.

Fonte: Site Hotéis de Jaguarão (2015) - < <http://www.hoteisjaguarao.com.br/website/atrativos>>

A cidade apresenta um rico e preservado acervo arquitetônico, composto em sua maioria por residências particulares, o que demonstra um esforço majoritariamente privado de preservação do conjunto arquitetônico (COSTA, 2011). Este movimento de preocupação com

a preservação do patrimônio cultural da cidade, em nível institucional, iniciou-se, segundo constam as pesquisas e documentos referentes ao tema, em 1983, com o Projeto Jaguar. Como uma de suas metas, propunha-se a realização de um inventário dos prédios representativos dos momentos de formação do município e de períodos representativos para a história local (COSTA, 2011).

A cidade de Rio Branco, desde seus primeiros tempos, como guarda militar, apresentou indefinições quanto à sua localização. Iniciou como posto militar, na margem esquerda do Rio Jaguarão. Em seguida, por questões de disputas territoriais, a guarda deslocou-se para onde, atualmente, localiza-se sua área antiga, junto à ponte. Posteriormente, em função das constantes cheias do referido rio, ocorre a busca por nova área para desenvolver as zonas residenciais, comerciais e de serviços, no ponto denominado *Cuchilla*, lugar chamado pelos brasileiros de “cuchilha”, sendo então denominada de “zona residencial” e, onde hoje estão os *free-shops*, de “zona comercial” (COSTA, 2011).

Em relação à sua data de fundação há pouca documentação. A data oficial de fundação da cidade, considerado o mais antigo aglomerado populacional da linha de fronteira Brasil/Uruguai, é de 1791, de acordo com Miranda (2002). A data marca a instalação pelo vice-rei espanhol do Rio da Prata, Nicolás Antonio de Arredondo, de uma guarda fortificada na margem norte, ou esquerda, do Rio Jaguarão, próxima ao Cerrito do Echenique ou do Juncal, atualmente território brasileiro, dista 1.200 metros de onde se localiza hoje a área antiga ou zona comercial de Rio Branco (MIRANDA, 2002). Em 1853, o antigo povoado de Arredondo passa a denominar-se Villa Artigas, modificando novamente sua denominação em 1915, em uma homenagem ao diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos, Barão de Rio Branco que, em 1909, intermediou a concessão do condomínio das águas limítrofes ao Uruguai. Rio Branco manteve seu nome mesmo após sua elevação à cidade, em 1952 (COSTA, 2011).

No ano de 1791, a Espanha passa a se preocupar com a situação do comércio ilegal e com a expansão do domínio português (COSTA, 2012). Segundo Alejo (1992), apesar da Espanha já ter conhecimento da região que, em 1772, já contava com núcleo populacional em *La Coronilla*, na costa do rio Jaguarão, somente vinte anos depois houve uma maior preocupação com a ocupação definitiva das terras como modo de deter o expansionismo português. Tem início assim o processo de fundação das guardas militares. A guarda de Jaguarão, instalada por Joaquim Gudín, teve como denominações inicialmente *Fortín de la Laguna*, depois *Fortín Del Cerrito*, e, em homenagem ao vice-rei espanhol, *Arredondo*. Em 1801, o *Fortín de Arredondo* é trasladado para a outra margem do rio Jaguarão, em função

dos ataques dos portugueses, quando passa a ser chamado *Guardia de Arredondo* (COSTA, 2011).

Apesar das constantes disputas travadas por sua condição fronteiriça, Arredondo, contava, em 1824, com 1.106 habitantes na zona denominada Cuarto Partido, que a incluía (ALEJO, 1992). Com a independência da República Oriental do Uruguai, em 1828, Arredondo passa a ganhar maior importância estratégica, por sua localização junto ao rio Jaguarão, que ligava o país à Lagoa Mirim, São Gonçalo, Lagoa dos Patos e assim ao porto de São Pedro do Rio Grande, por onde eram exportados, pelo Oceano Atlântico, charque, couros, banha e cerda produzida naquela região do país e enviada ao Brasil, Cuba e Europa (COSTA, 2011). Estima-se que em Arredondo, na época do então surgimento da República Oriental do Uruguai, chegaram a existir mais de vinte charqueadas ou *saladeros*, além de fábricas de sabão e sebo, como ocorria concomitantemente em algumas partes do Rio Grande do Sul. Tais atividades econômicas passariam a ser regulamentadas pela Sub-Receptoría de Aduanas, estabelecida por um decreto-lei, em dezembro de 1831, durante o governo de Fructuoso Rivera (COSTA, 2011).

Apesar da escassez de dados referentes à cidade uruguaia, de acordo com informações da Intendência (prefeitura), Rio Branco conta com uma população de aproximadamente 14 mil habitantes. Na década de 1970, Rio Branco teve um crescimento considerável em função do encarecimento do custo de vida e da falta de emprego em outros lugares do país (GALLERO, 1997). Seu crescimento recente está fortemente vinculado com a dinâmica e as vantagens oferecidas pela economia de fronteira, fato que transformou alguns lugares de fronteira em uma alternativa para pessoas com baixos recursos, principalmente aposentados (COSTA, 2011).

Em circunstância das constantes enchentes que ocorriam na cidade de Rio Branco, com o avanço do Rio Jaguarão (1888, 1925, 1959, 1972, 1984), a cidade apresenta poucos imóveis ou vestígios materiais do período de formação da cidade (COSTA, 2011) tendo, entretanto, como Monumento Histórico Nacional do Uruguai a Ponte Internacional Mauá, “*primer puente que materializo cual abrazo fraterno, el espíritu de integración uruguayo-brasileño*” (ALEJO, 1992, s. p.).

3. Ponte Internacional Mauá, desde sua construção até seu legado

A Ponte Mauá foi construída entre os anos de 1927 e 1930 em cumprimento ao tratado celebrado entre Uruguai e Brasil, em junho de 1918 e está localizada na fronteira entre

Jaguarão, Brasil e Rio Branco, Uruguai. Foi a primeira ponte internacional construída entre dois países sul-americanos e, no momento de sua inauguração, era a mais extensa da América do Sul, devido a seus 2.113,86 metros de extensão, sustentada por 85 arcos. (IPHAN, p. 40, 2015). No dia três de maio de 2011, Jaguarão foi tombada como Conjunto Histórico e Paisagístico pelo IPHAN, e no mesmo ato, a Ponte Internacional Mauá foi tombada como Monumento Nacional, constituindo-se no primeiro bem binacional tombado pela instituição, pois a ponte já era considerada bem patrimonial pelo Governo Uruguaio desde a década de 1990 (IPHAN, 2015).

O nome *Mauá*, foi uma homenagem a Irineu Evangelista de Souza, que teve uma participação ativa na concessão dos empréstimos na finalização da Guerra Grande (1839-1852), na modernização industrial e bancária do Uruguai (IPHAN, p. 40, 2015). Este vínculo de concreto, além de ser o símbolo de uma união afetiva entre a cidade brasileira e uruguaia, é uma importante obra arquitetônica dos municípios fronteiriços em questão. Como se sabe, em seu princípio, Jaguarão sediou disputas e batalhas entre as coroas de Portugal e Espanha, o que deu à cidade uma atmosfera militar. Houve, inclusive, batalhas travadas na orla do Rio Jaguarão, lugar considerado perfeito para a vigília e combate contra os irmãos espanhóis. No entanto, mesmo com tantos conflitos e disputas, “a Ponte Mauá ampliou os laços existentes entre ambas as cidades e foi construída com o objetivo de ser uma ligação viária e aduaneira” (IPHAN, 2015).

Para sanar dívidas de guerra com o Brasil, a República Oriental do Uruguai custeava as obras de construção da Ponte Internacional Mauá, eis o que diz o artigo 9º do Tratado da Ponte Internacional, de 22 de julho de 1918:

“O governo da república Oriental do Uruguai construirá, com parte da dívida, uma ponte internacional sobre o Rio Jaguarão entre a cidade brasileira de mesmo nome e a vila uruguaia de Rio Branco, ou nas suas imediações, se isto for de mais vantagem, a juízo de uma comissão-mista que as altas partes contratantes designarão para estudar a melhor situação da ponte e de preparar, de acordo com os altos comissários e dentro do prazo de vinte meses as plantas da construção dentro dos limites da importância aproximada estabelecida no artigo 15º do presente tratado” (in SOARES, p.21, 2005).

Esta ponte é o primeiro bem binacional reconhecido como Patrimônio Cultural pelos países do MERCOSUL. O reconhecimento internacional foi aprovado durante a **VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC)**, (IPHAN, 2012). Os representantes da CPC destacaram no monumento os critérios estabelecidos pelo MERCOSUL Cultural como valores que no passado ou no presente estejam associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum

da região perante o mundo; esforços de união entre os países da região; estar diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e oferecer, no presente ou no futuro, fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum (IPHAN, 2012).

A importância da Ponte Internacional Mauá como um exemplar de cimento armado fora retratada em algumas edições da Revista do Globo, projetando-a para além da esfera local, tanto em sua relevância diplomática quanto arquitetônica. Já em 1929, antes de sua conclusão, a imagem da ponte, bem como a descrição de sua estrutura, figurava em uma reportagem sobre construções de cimento armado na edição nº 18 dessa revista, de novembro daquele ano (COSTA, 2011).



Figura 5 – Ponte Internacional Mauá em construção.

Fonte: Revista do Globo, ano I, nº 18.

A relevância da ponte excedeu sua dimensão econômica, diplomática e cultural para ambos os países envolvidos, destacando-se ainda pela sua arquitetura, sendo a primeira ponte de caráter internacional construída em concreto armado, na América Latina (COSTA *apud* SOARES, 2005), e ainda o primeiro eixo de cruzamento fluvial fronteiriço da fronteira uruguaia (COSTA *apud* GALLERO, 1997). Em 1970, a Ponte Internacional Mauá foi decretada Monumento Histórico Nacional pelo Governo Uruguaio. Alejo (1992, p. 42) comenta que, “*ya no se podrá hablar de nuestro Rio Branco sin integrarlo a su perfil y a su paisaje*”. Costa (2011) aponta fatos históricos de extrema importância, diz que:

“A ponte viria a ser declarada Monumento Nacional também pelo Brasil, em 03 de maio de 2011, sendo inscrita nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Livro do Tombo de Belas Artes, tornando-se assim o primeiro bem patrimonial brasileiro transfronteiriço (IPHAN, 2011b). A escolha da Ponte Mauá como primeiro bem transnacional tombado é justificada pelo IPHAN por ser

esta a primeira grande obra de infra-estrutura construída por meio da união entre dois países vizinhos, enquanto que as demais obras realizadas até então tinham o intuito de consolidar a separação, a proteção e a garantia da soberania nacional sobre os territórios fronteiriços”. (COSTA, 2011, p. 132).

A Ponte Internacional Mauá representa nessa fronteira mais do que uma armação de concreto que permite a passagem, ela representa o fim de disputas territoriais, simboliza o acerto de dívidas bélicas. Ela concebe hoje, o passado dessa gente de fronteira, tudo aquilo que um dia se precisou enfrentar para poder defender um território. Graças a esses acertos é que hoje podemos nos considerar irmãos, ou, *hermanos*, defendendo essa terra como única e indivisível, uma terra de dois que é um.

4. A mistura do povo fronteiriço

O estudo da fronteira deveria incorporar à sua perspectiva analítica não apenas a mescla cultural, mas também as alianças e conflitos sociais e políticos que se estabelecem, afirma Grimson (2000), pois o passado, muitas vezes marcado pela disputa é intrínseco às gerações futuras e suas trocas interculturais. Aquilo que chamamos de fronteira é justamente o passado de convívio entre as partes, que de tal forma misturados, acabam por se tornarem o presente dos mesmos. A fronteira é definida como um limite de território que transcende e estabelece contato entre diferentes culturas. De acordo com Castro *apud* Castello (2011, p. 54), os espaços fronteiriços apresentam uma dupla condição de separação e encontro.

“A dualidade dos espaços de fronteira é uma característica bastante evidente, explicitada, de um lado, pela necessidade de se estabelecer separações e limites, em nome de uma diferença cultural e da preservação da soberania nacional e, de outro lado, pelas práticas sociais e trocas que, em face da proximidade física e dos interesses comuns, se estabelecem. A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades socioculturais.”

Apesar de distintos, os espaços de fronteira caracterizam-se por formarem um só, o único e indissociável em meio a tantas divergências que a tornam fronteira. Mesmo com tantas propriedades diversas, o que a torna única é a capacidade de misturar identidades, traços culturais, costumes: é o fator agregar, o somatório das partes que formará o todo. Com isso, percebemos quão rico é o choque cultural, a exposição da cultura do “eu” com o “outro”. E para que isso seja dado é necessariamente importante uma aproximação direta com o outro,

bem como sentir as diferenças do “desconhecido” para que, desta esta forma, torne-se objeto fundamental para uma futura subjetividade.

A relação entre os fronteiros de Jaguarão e Rio Branco não vem de hoje, ela estende-se desde a povoação local. Um dos elementos de comunicação entre os dois lados era e é a economia, IPHAN (2015) comenta que na época “a circulação diária de mercadorias e pessoas entre o Brasil e o Uruguai se dava através do Rio Jaguarão e era intensa desde o século XIX e, isso, constituía a base da economia da região nos dois lados da fronteira”. Porém, este comércio fixou-se mais em Jaguarão, onde foram construídas estruturas portuárias que permitiam melhores condições para tais feitos.

Para quem chega pela primeira vez na fronteira é comum a impressão de “união de povos”. Conforme decorre, vai analisando, ouvindo, detalhando e pode chegar à conclusão de que, na verdade, existe uma mistura, mas esta também pode ser analisada de forma separada. Cada parte compreende uma forma de vida, maneiras e costumes diversos. Porém, quando pega-se para análise os dois povos, notam-se semelhanças, traços marcantes da personalidade cultural de cada um arraigado no costume do outro, marcas que a relação entre as partes deixa fixa na cultura fronteira.

Neste espaço de fronteira a interculturalidade dá lugar ao cruzamento, mistura e troca, este hábito vai tomando forma e se transformando em uma cultura singular e única: a cultura fronteira. Rizzon *apud* Aldyr Garcia Schlee (2012, p. 121), expõe que a fronteira é diversa, é o lugar do reverso, do igual que é oposto, como explicam as palavras:

“Vivia perplexo diante do Uruguai, não propriamente diante do mundo mas, antes, diante daquele outro mundo: tão perto e tão longe, logo ali do outro lado da risca vermelha no cimento da ponte, *muy cerca, cerquita*, cercado (a risca vermelha no meio da ponte)... Aquele outro mundo, separado e unido pelo rio: tão diferente e tão igual tão distinto e *tan distinto* tão distinguido e *tan distinguido* tão esquisito e *tan esquisito...*”.

A fronteira como espaço de fluxo e convivência entre as partes torna-se um cenário transformador das mesmas, que coabitam entre o que é dito “seu lugar” e o “lugar do outro”. Assim, como espaço de confluência e de hibridação, onde se desvelam questões de alteridade, a fronteira gera movimentos que dispersam centralismos, homogeneidades e únicas verdades, revelando imagens especulares que são as mesmas, mas de maneira diferente. Entendida por sua referência simbólica e por seu caráter cultural, a fronteira transcende ao imaginário, pondo em evidência outras percepções geográficas. Impõe, então, revisões políticas, históricas,

linguísticas, literárias e identitárias para mostrar outras dimensões de seu significado, indicando representações concomitantes do ser e não ser (RIZZON, 2012).

Por a fronteira ser um sítio de divisão, ela separa coisas e também, dá margem pra que essas mesmas coisas se cruzem. Essa linha que corta é a mesma que une.

“Ir a Jaguarão e Rio Branco é ir ao exterior sem sair do interior, é ir ao estrangeiro sem ser forasteiro, é sentir-se cosmopolita dentro de casa. De certa maneira, é descobrir o resto do mundo no próprio espelho, ante a conformidade das margens opostas e repartição dos arcos da Ponte”. (SOARES; FRANCO *apud* Schlee, p. 260, 2010).

Em seu texto “Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo” (SOARES; FRANCO, 2010), Schlee conta o que é estar nessa fronteira, viver um pouco da cultura local, passear por entre as ruas, visitar uma loja típica para comprar doce de leite e descobrir que nesse local, onde duas culturas se perpassam, existe a possibilidade de conhecer o mundo. Para fazer o trajeto “ir e vir” nessa fronteira, utilizamos frequentemente, como também afirmado por Schlee, a “belíssima Ponte Internacional Mauá” e, quando se falar dessa fronteira, não se pode deixar de mencionar, mesmo que substancialmente, o seu símbolo máximo.

A múltipla face da fronteira é descrita de forma brilhante por Gastal e Costa (2011), onde:

“A fronteira, quer como objeto de estudo, quer como espaço de vivências, apresenta-se de forma complexa e multidimensional. Cada dimensão ou esfera apresenta suas próprias características e particularidades. Seria possível afirmar, assim, que a fronteira é simultaneamente uma e múltipla. Uma, pois toda fronteira comporta o significado institucionalizado de marco limítrofe político. Múltipla, porque cada área de fronteira é única, formada por contextos histórico-geográficos específicos e distintos entre si, apresentando uma construção de sentido particular acerca de si mesma e de suas relações com os seus circunvizinhos”.

Vale mencionar outro autor que comenta a fronteira, Pesavento (2002), dizendo que “ao mesmo tempo em que sinaliza o limite, a fronteira induz a pensarmos na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio”. “Figurando não apenas um trânsito de lugar, mas também de situações, de épocas e de populações, apontando para a reflexão de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça”. (GASTAL e COSTA, 2011). Acredita-se que nestas duas últimas falas que os autores trazem em sua abordagem, a fronteira torna-se significativa no que diz respeito a sua forma, o que realmente é (representa) a fronteira. A fronteira aqui descrita por eles é um espaço múltiplo, de coisas que estão interligadas, sempre fazendo conexão com o “outro lado”. É aquilo que dá a passagem, mas tira algo dela: experiência, convivência, mescla cultural, hábitos. Mesmo com tantas

características diversas, o que a torna única é a capacidade da mistura de identidades, da troca intercultural, dos costumes que se chocam sem perderem a conexão com o intrínseco.

Se as águas do Rio Jaguarão oficialmente determinam a linha política de separação entre Brasil e Uruguai, entre os municípios de Jaguarão e Rio Branco, a Ponte Internacional Mauá, a princípio articula aproximações (COSTA, 2011). Mas onde se encontram as semelhanças? Elas estão exatamente onde a mistura foi feita, ou seja, dois povos vivendo praticamente no mesmo território, somente divididos por uma ponte, o resultado seria naturalmente um agrupamento de culturas que transitam pelo embate, em contra partida, se unem. Esta diferença talvez seja mais notada por aqueles que não são nativos e habitantes de fronteira, pois o exótico é analisado de forma diferente se comparado àquilo que se está acostumado a ver. Porém, um elemento chave põe-se significativo para que tal ensaio aconteça, é a experiência do viver e do conviver, como diz Castro *apud* Dorfman (2011, p. 56):

“A experiência de viver em áreas de fronteira fornece aos seus frequentadores os instrumentos necessários para articular diferenças identitárias, instrumentalizando as pessoas para tornarem-se portadores/passadores dos bens simbólicos ou materiais que expressam tais contradições e diferenças manifestas no lugar”.

É a partir da travessia na Ponte Internacional Mauá que a relação do fronteiriço acontece, facilitando a proximidade dos *hermanos*, pois o que o rio separa a ponte une. Ela tem uma importância significativa à fronteira Jaguarão e Rio Branco, é mais que um símbolo desta terra, é a armação de concreto que representa a união, a ligação entre duas culturas que transitam entre si, se multiplicando e se transformando.

3. Conclusões

A fronteira entre Brasil e Uruguai é uma “área de interação intensa, onde a própria literatura começa a reconhecer a presença de ‘uma terra só’, expressivo título do livro de contos do escritor jaguareense Aldyr Garcia Schlee” (FRANCO, 2001, p.10). Os brasileiros e uruguaios que compartilham desta zona de fronteira criam uma interdependência econômica entre as cidades, através do trânsito de “ir e vir”, demonstrando que o elo entre eles transcende a Ponte, e torna-se elemento difusor das culturas. Em sua escrita sobre a fronteira, Bento (2012) define, mas não só isso, transpõe o que é nascer na fronteira:

“Os fronteiriços gerados ao longo de décadas nesta comunidade binacional vivem desde o nascimento entre duas culturas que são constitutivas da sua cultura, fronteiriça. Nasce-se numa casa-família com janelas abertas para o Brasil e para o Uruguai”. (BENTO, 2012, p. 53).

Através da obra “Uma terra só”, Schlee mantém o cenário tradicional da fronteira e busca a partir dos contos, relatar a cultura do fronteiriço gaúcho, com uma linguagem que

varia entre o portunhol e o gauchesco, fixando o indivíduo de fronteira como aquele que transita entre duas culturas, que se mantém e se (re) constrói.

Entre Jaguarão e Rio Branco não há uma comunicação perfeita, mas há uma comunicação estável e direta, “trata-se da experiência peculiar de integração de fato entre dois povos diferentes que negociam interesses cotidianamente, geralmente de forma eficaz” (BENTO, 2012, p. 57). Na experiência de Jaguarão e Rio Branco, a fronteira remete em primeira instância uma linha de divisão, que se dá através da Ponte Internacional Mauá (elo) e o Rio Jaguarão (divisor), mas em sua realidade é o espaço da interculturalidade dos sujeitos, espaço de integração.

Portanto, a interculturalidade presente nesta fronteira vai além das relações mantidas entre os fronteiriços desde o princípio da formação da fronteira, ela está ligada também a fatores socioeconômicos, onde o sujeito busca no “vizinho” aquilo que não encontrou em seu espaço, tirando dessa relação uma aproximação de dependência com a cultura do “outro”. Remeter a “Uma terra só”, de Schlee, é justamente buscar justificar a diversidade que existe em um território que divide não só o espaço, mas a convivência. Sendo assim, a Ponte Internacional Mauá acaba por se tornar o meio por onde tudo se realiza, sendo o elemento que fornece a passagem do fronteiriço, mas para muito além disso, é o símbolo dessa fronteira, a caracterização em concreto do fim de disputas e união de culturas, já não constituindo mais uma cultura única e indivisível, mas uma cultura mesclada, fronteiriça.

Referências

ALEJO, Jorge Aicardi. **Rio Branco: un enfoque historico y su realidad actual de cara al año 2000**. Río Branco, Uruguay. Junta Autonoma Electiva de Rio Branco, 1992.

BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras, Significado e Valor – A partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento**. Revista Conjuntura Austral. Vol. 3, nº. 12. ISSN: 2178-8839, 2012.

BÔAS, Alexandre dos Santos Villas. **A Enfermaria Militar de Jaguarão: conhecendo sua história**. XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, 2012.

COSTA, Luciana de Castro Neves. Dissertação de mestrado. **Turismo e Paisagem Cultural: para pensar o transfronteiriço**. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, 2011.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio; STORCHI, Ceres; ROMAN, Vlademir. **Roteiros de Arquitetura da Costa Doce – Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Sebrae, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e Coisas da Fronteira Sul**: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

GALLERO, Álvaro López. Colonia y Rio Branco: dos caras de la globalización. In.: CASTELLO, Íara Regina; KOCH, Miriam Regina; OLIVEIRA, Naia; SCHÄFFER, Neiva Otero; e STROHAECKER, Tânia (orgs). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997.

GASTAL, Susana de Araújo; COSTA, Luciana de Castro Neves. **Das Fronteiras do Turismo ao Turismo de Fronteiras**: por uma ótica transfronteiriça do fenômeno turístico. In: Turismo, Fronteira e Cultura /organizado por Francisco das Neves Alves. Santa Vitória do Palmar: Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, Naciones e Identidades**. Ciccus – La Crujia. Buenos Aires: 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Jaguarão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431100>> Acesso em: 05 de agosto de 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: **PAC – Cidades Históricas**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=15479&sigla=Noticia&retorno=de talheNoticia>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

MARTINS, Roberto Duarte. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. (Escola Técnica Superior D'Arquitectura). Universitat Politècnica de Catalunya - Espanha, 2001.

MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e Urbanismo na Fronteira Brasil/Uruguai**: o espaço comercial construído em Jaguarão/Rio Branco (1800-1940). Tese. Curso de Doutorado em Integração Regional. Universidade Federal de Pelotas, 2002.

Ponte Internacional Barão de Mauá : dossiê de candidatura : Patrimônio Cultural do Mercosul – PCM = **Puente Internacional Barón de Mauá** : dossier de candidatura : Patrimonio Cultural del Mercosul – PCM / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF : IPHAN, 2015.

RIZZON, Carlos Garcia. **Outras Geografias em Literatura de Fronteira**. Para Onde!?! (UFRGS). Vol. 6, p. 114-124, ISSN: 19820003, 2012.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **Ponte Mauá: uma história**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (org). **Olhares sobre Jaguarão**. – Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Uma terra só**. 2ª ed. Porto Alegre: ardotempo, 2011.